

educação

REFORMULAR OPINIÕES SOBRE A REFORMA EDUCATIVA DE MACAU*

*Lau Sin Peng***

1. A NECESSIDADE E EMERGÊNCIA DA REFORMA EDUCATIVA

O apelo à reforma educativa ressoa em todo o mundo.

Nos Estados Unidos da América, o ensino generaliza-se em grau re-lativamente elevado e a reforma educativa é permanente. Na sua última mensagem, em Janeiro de 2000, transmitida em directo e dirigida a todo o país, o Presidente norte-americano Bill Clinton afirmou que: «Os Estados Unidos da América necessitam de uma revolução educativa para o século XXI», tendo como orientação procurar possibilitar que todas as crianças recebam educação. Além da tecnologia informática, os Estados Unidos irão adicionar mil milhões de dólares americanos na prossecução do pro-jecto Head Start que se iniciou em 1993, permitindo às crianças até aos 3 anos de idade uma primeira educação de qualidade. E assim vão utilizar dois mil e quinhentos milhões de dólares americanos para contratar mais cento e trinta mil professores, a fim de reduzir o número de estudantes por cada turma das escolas primárias; propor a redução de trinta mil milhões de dólares americanos em impostos; dar incentivos aos estudantes universitários para que concluam os cursos de licenciatura (nos Estados Unidos, verifica-se desde 1993 um aumento percentual dos estudantes secundários que continuaram os seus estudos universitários, passando assim, de 57% a 67%, mas a desistência também atingiu 37%) e ainda irão canalizar verbas para implementar o projecto «Promover o Crescimento», de modo a estimular os jovens com problemas para continuarem os seus estudos no ensino superior.

Após a crise económica asiática, o orçamento geral do Governo da Singapura diminuiu em 20%, mas no entanto, para a reforma educativa, a

* Desde meados de 1999 que a autora deste artigo tem escrito artigos sobre a educação e as linhas de acção governativa da RAEM. Este é um novo artigo elaborado para a Revista Administração, adaptado de um conjunto de seis sobre a reforma educativa no séc. XXI.

** Presidente da Associação de Educação de Macau, membro do Conselho de Educação e membro da Comissão de Reconhecimento de Habilitações da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

verba orçamentada para a educação aumentou em 20-30%, a fim de reforçar a educação de tecnologia informática e cívica.

Em Taiwan, o programa de Reforma Educativa Transsecular começou a realizar-se em 1996, tendo sido estabelecidos 12 programas de acção e um investimento total de 157.1 mil milhões de dólares de Taiwan (equi-vale a 40 mil milhões de patacas) em cinco anos como verba especial. O referido projecto vai desde a educação pré-escolar até à educação de adultos, e visa aliviar os encargos dos estudantes, eliminar gradualmente o exame de acesso ao curso secundário complementar e o exame unificado para acesso a universidades, aumentar a autonomia das escolas, no sentido de responder às exigências sociais de «soltar as amarras educativas» e «en-caminhar bem todos os estudantes».

Em Hong Kong, três anos volvidos da transferência de poderes, começaram a aparecer várias medidas de reforma educativa, apresentaram-se novos objectivos e foi elaborado um orçamento considerável para apoiar e estimular os estabelecimentos de ensino que tiverem coragem para tomar as iniciativas de inovação na área educacional.

No Continente Chinês, o Ministério da Educação promulgou em 1998 o programa «Acções de Fomento da Educação face ao Século XXI». Neste aspecto, várias escolas-piloto efectuaram experiências excelentes; muitas iniciativas inovadoras estão a ser levadas à prática; universidades de renome estão em fase de fusão; escolas superiores utilizam todos os meios para admitir mais alunos; e a par do reforço contínuo da educação de qualidade, iniciou-se a reforma «3+1» no exame de acesso ao ensino superior (isto é, as disciplinas para o exame de admissão foram diminuídas, incluindo apenas o Chinês, o Inglês, a Matemática e mais uma disciplina da especialidade para a qual o candidato se inscreva).

Nas reformas educativas de vários países e territórios, o fomento da educação como política nacional fundamental face ao século XXI não é uma estratégia de mera coincidência, mas sim uma necessidade objectiva, intensa, urgente e comum a todos.

2. A REFORMA EDUCATIVA DEPENDE DA ÉPOCA E DA SOCIEDADE

1.º A reforma educativa é, sem dúvida, uma resposta ao desenvolvimento rápido da tecnologia.

O uso do fogo levou o Homem a entrar na sociedade da agricultura, tendo começado a educação feudal. Com a invenção da máquina a vapor, o Homem entrou na sociedade industrial. A educação ficou generalizada e destinada ao povo, em vez de ser só para elites e para a nobreza. A tecnologia informática promoveu a economia intelectual e a globalização mundial, e naturalmente, a sociedade informática tem que ser ajustada com a sociedade da educação. Pelo que o século XXI é a época em que o Homem constrói a sociedade da educação, isto é uma época de revolução educativa.

A crise económica asiática de 1998 diz-nos que a economia intelectual e a tecnologia informática não conhecem fronteiras e fechar-se ao Mun-

do torna-se numa fábula. A vaga da globalização mundial já está a entrar pela porta do século XXI e a educação já não pode ficar parada sem se avançar. Nesta época de reforma, a educação em Macau tem que apressar-se, caso contrário, o desenvolvimento das próximas gerações e o da competitividade de Macau com o exterior serão impedidos.

2.º A reforma educativa é fruto da reflexão do século XX.

Depois das duas guerras mundiais destruidoras, o Homem caiu, mais uma vez, na situação difícil da pós-industrialização, enfrentando, entre outros problemas, a falta de recursos, a poluição ambiental, o desequilíbrio ecológico, a enorme disparidade da distribuição da riqueza. Da reflexão profunda, o Homem entendeu que muitos problemas resultam da falta de um exemplo moral, e a maior tragédia foi causada pelo próprio Homem. Pelo que se sente que a educação moral no século XX falhou e já é insuficiente. Os sábios consideram que o nosso futuro é uma competição entre a educação e a tragédia, tendo depositado a esperança do futuro na formação da moralidade da nova geração. O desenvolvimento saudável da juventude passou a ser um aspecto de grande atenção da sociedade, e a futura prosperidade económica, a estabilidade social e o desenvolvimento da civilização de Macau estão todos relacionados com a nova geração. A grande esperança na educação constitui uma dinâmica social para a reforma educativa indispensável.

3.º A reforma educativa é o apelo de muitas famílias.

Na Ásia, uma região ainda muito influenciada por um ensino caracterizado por preparar os estudantes para exames, têm-se verificado, desde há meio século, os seguintes aspectos: programas de ensino descentralizados, aumento de dificuldades relativamente ao material didáctico, aumento de horas lectivas, aumento de trabalhos escolares e aumento de provas e testes; mochilas para livros tão pesadas que as crianças não as conseguem suportar, perturbação da curiosidade e estudiosidade das crianças, aversão às aulas, fuga às aulas, reprovação e até abandono dos estudos, passando a vagabundear pelas ruas; alguns infelizes associam-se e formam grupos de «seitas de menor idade», provocando assim uma elevada criminalidade juvenil... Averiguadas as razões, chega-se à conclusão que para a libertação das crianças é necessário iniciar os passos da reforma educativa. Muitos milhares de famílias apelam para o desenvolvimento alegre das crianças na sua infância. Muitos milhares de almas estão a ser torturados, e perguntam porquê é que a escola não pode ser um paraíso para as crianças? Os corpos docente e discente sujeitam-se igualmente a responsabilidades pesadas, estão igualmente no círculo vicioso, e só com a reforma educativa é que poderão encontrar a devida solução.

4.º A Região Administração Especial de Macau (RAEM) deve ter o seu próprio propósito de reforma educativa.

A educação na RAEM deve corresponder ao espírito fundamental da Lei Básica, e de acordo com os princípios consagrados de «um país dois sistemas», «Macau governado pelas suas gentes», «alto grau de autono-

nia», transformar a governação colonial que durou 127 anos (1849-1976) e o estado de educação formado pela nova política educativa que foi adoptada durante 23 anos (1976-1999). A eliminação dos vestígios da governação colonial e o estabelecimento de alicerces do ensino universal são uma importante reforma de carácter educativo. Tratando-se de ensino universal, necessário é, de hoje em diante «encaminhar bem todos os estudantes», «não abandonar sequer um deles». Assim sendo, só verificando-se evidentes resultados na administração educativa é que se poderá transformar a estrutura administrativa portuguesa num instrumento público ao serviço dos quatrocentos e trinta mil habitantes de Macau.

Pelo exposto, Macau tem que proceder à reforma educativa, o que não é só para acompanhar os passos dos outros, mas sim pela necessidade premente e urgente de qualquer território, tratando-se também duma necessidade real e em conjugação com a tendência internacional. E é uma tarefa que deveria ser levada a cabo, mas ainda posta de lado para dar prioridade aos trabalhos do regresso à Pátria. Após o estabelecimento da RAEM, verifica-se naturalmente a sua urgência. A partir do dia em que Macau regressou à Pátria, os cidadãos esperam que o Governo aproveite as circunstâncias excelentes e lance a nova pedra angular da educação, a fim de proporcionar aos quatrocentos mil habitantes de Macau um novo capítulo de ensino universal, esperando ver isso nas Linhas de Acção Governativa 2000-2001!

3. REDEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS DA EDUCAÇÃO

Sendo a reforma educativa um empreendimento que interliga milhares de agregados familiares, dizendo também respeito à capacidade de desenvolvimento da RAEM, esta deve caracterizar-se pela natureza científica do projecto, reunindo a consensualidade das diversas opiniões públicas através de um plano de longo-prazo a ser cumprido de forma progressiva, em associação com um conjunto de medidas administrativas traduzidas no provimento de suficientes recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais. Contudo, importa à partida estabelecer os novos objectivos a chegar, isto é, a necessidade de fazer corresponder as quatro grandes motivações da reforma educativa com os critérios do ensino redefinidos e actualizados na clarificação do perfil da população que se pretende para Macau:

1.º Uma população com conhecimentos e capacidade de auto-aprendizagem.

Para responder ao desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na tecnologia informática, que surge com a entrada do séc. XXI, a nova geração deve ter o domínio desses campos de conhecimento e uma capacidade para a auto-aprendizagem. A melhoria contínua da qualidade das habilitações da população constitui uma necessidade para tornar Macau numa cidade competitiva, aberta e centrada no sector do turismo, assim como a garantia para a qualificação contínua dos recursos humanos.

2.º Uma população com sentido da modernidade e integridade humana

Os esforços para a paz e desenvolvimento do mundo, enquadrados na tendência de globalização mundial, obrigam a uma maior sensibilização para a necessidade da disputa em condições de equidade, e também para um maior sentido de abertura, de igualdade, de cooperação, de identificação racional e de uma reflexão inovadora; a idealização de uma paz permanente para a humanidade, liberta de calamidades naturais ou humanas, implica a existência de valores e de uma visão eminentes que predisõem a população do planeta para a aceitação das suas responsabilidades.

3.º Uma população que se desenvolve em pleno e virada para a aprendizagem permanente

A promoção da qualidade do ensino pedagógico, do gosto e capacidade da nova geração para a aprendizagem e da instrução dos docentes e sua capacidade para instruir, distingue o estabelecimento escolar de um armazém de conhecimentos donde apenas se faz a sua canalização para os alunos. As escolas devem ser um jardim animado onde os alunos, num ambiente alegre e de vitalidade, se podem aperceber dos princípios científicos que regulam a vida, incentivando-lhes o gosto pela aprendizagem, para o seu pleno desenvolvimento através da transformação do conhecimento em saber e da aquisição indirecta do conhecimento em experiência directa. Deste modo, quer o programa do ensino e o material utilizado, quer o material de apoio didáctico e a pedagogia adoptada devem ser actualizados conforme os objectivos do ensino que forem definidos, visto que só assim se poderá formar uma nova geração de gente disposta a desenvolver as suas potencialidades e com gosto pela aprendizagem.

4.º Uma população consciente da sua nacionalidade e com sentido de autonomia

Na substituição do ensino realizado em contexto de governação estrangeira pelo ensino universal, a maior diferença que se regista neste processo consiste na transformação da natureza vassala do primeiro em benefício da própria população, pelo qual os funcionários se tornam em servidores do Estado e a burocracia em instrumento de governação da sociedade. Do clima de estabilidade em que decorreu a transferência da soberania e da equipa de funcionários públicos resultou um espaço para a auto-transformação e melhoria. O estabelecimento da Região Administrativa Especial e a consolidação deste estatuto necessita duma maior intensificação da solidariedade dos habitantes do Território, de um reforçado sentido de civismo na sua formação, e de uma consciência autónoma desde criança. A fórmula «um país, dois sistemas» é não apenas uma concepção do campo jurídico, mas também o resultado de uma acção prolongada em que se revêem uma população e uma cultura. Desta forma se justifica a existência de uma redefinição da natureza educativa, da revisão e alteração do quadro jurídico-educativo, do ajustamento das políticas no ensino e, também,

de novas medidas de adequação do sistema. Segue-se a toda esta reforma administrativa da educação, o processo pedagógico que envolve a escola, a família e a sociedade, com vista à implantação do nacionalismo e do sentido de autonomia.

Com a renovação dos objectivos no campo do ensino surge a redefinição do conteúdo, assim como a necessidade de uma melhor componente científica e humanista para a nova geração, através da abolição da matéria considerada anacrónica.

Com a renovação dos objectivos no campo do ensino surge também a necessidade da actualização dos artificios e forma de pedagogia. Nas primeiras duas aulas, a combinação orgânica entre os intervenientes, o uso da multimedia e dos recursos da auto-estrada da informação, a difusão dos conhecimento pelo professor, a docência e a clarificação de dúvidas contém já em si matéria suficiente para a reforma educativa e que vem permitir a libertação das potencialidades dos alunos.

Com a renovação dos objectivos no campo do ensino, com a instituição da formação contínua e com a modelação de uma sociedade de aprendentes, surgem novas esperanças para a reforma educativa nos domínios da estrutura do ensino, na tipologia dos estabelecimentos escolares, na organização do programa de ensino, nas formas e modos de pedagogia, etc. Os educadores que pretendem mergulhar no conhecimento da ciência educativa poderão ver, assim, abrir-se um espaço ilimitado de manobra que lhes permite usar as suas potencialidades na procura do seu ideal e na quebra das restrições dos docentes e discentes.

4. APROXIMAÇÃO PROGRESSIVA ATRAVÉS DO LANÇAMENTO DE PROJECTOS-PILOTO DE REFORMA EDUCATIVA NA SOCIEDADE CIVIL

A reforma educativa, revestida de actualidade e de significado social, possui um amplo espaço de desenvolvimento, mas faltam-lhe ainda o estímulo, o apoio, a organização e o encaminhamento. Tendo presente a circunstância actual do ensino em Macau, com especial destaque para as particularidades da educação no Território, na minha intervenção denominada «Propostas para a reforma educativa — Uma resposta às exigências da actualidade para as especificidades locais do Território», proferida num seminário organizado pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a Faculdade de Educação da Universidade de Macau, em Maio de 2000, atribuo à administração educativa um papel apoiante, estimulador e organizador na reforma educativa. «Na minha opinião a melhor estratégia será: incentivar o trabalho junto da opinião pública no sentido de conseguir a unanimidade na mudança de conceitos antigos, estimulando a comunidade civil a proceder a reformas por sua iniciativa e os riscos trazidos pela reforma serão partilhados com a Administração. Através duma aproximação progressiva e com a visão colocada no futuro, deve-se proceder à importação das experiências eficazes de outros locais para a sua aplicação à realidade de Macau; a sociedade civil será incentivada

para a realização de projectos-piloto da reforma educativa por meio da realização de estudos experimentais, seja numa turma, numa disciplina ou numa iniciativa específica, por forma a introduzirem-se reformas progressivas no ensino até à generalização integral da reforma do sistema no momento adequado».

É minha opinião que, duma perspectiva hierárquica, ainda não estão reunidas as condições para a reforma no ensino liderada pela entidade administrante da pasta da educação. Refira-se aqui, também, aos riscos que a reforma traz, pelo que se deve ter a máxima atenção relativamente aos riscos em que os educadores podem incorrer neste processo.

Em primeiro lugar, inexistia ainda no mundo um precedente de reforma educativa bem sucedido e bem experimentado. Ainda que alguns projectos se mostrem vantajosos, as condições em que se realizam diferem das circunstâncias de Macau, havendo por isso necessidade de um estudo pormenorizado quanto à importação dessas experiências para a realidade de Macau. A distribuição dos pontos de experiência-piloto permite uma dispersão dos riscos, sendo por isso uma medida aconselhável para sua segurança.

Em segundo lugar, deve ter-se em atenção a diversidade de características do sistema educativo de Macau (veja o anexo ao presente artigo «A situação geral de Educação em Macau e as suas características») em que as escolas privadas representam uma fatia correspondente a 93,72% do total das instituições escolares, coexistindo quatro sistemas de ensino diferentes, cada um com as suas origens históricas e com processos de transformação distintos. Dispondo os alunos do território de Macau de diversos canais para frequência do ensino superior, mais que 80% dos que concluírem o ensino secundário complementar podem continuar os seus estudos sem problema. A maioria dos estabelecimentos de ensino privados oferece uma educação que se estende por 15 anos, abrangendo desde o ensino pré-primário e primário até ao secundário. As instituições privadas de ensino apresentam também características diferentes em termos de dimensão, equipamentos, qualidade docente e gestão, e nas motivações da própria existência, o que representa um factor favorável à distribuição de pontos de experiência-piloto para a reforma educativa.

Em terceiro lugar, as instituições privadas possuem uma forte autonomia, permitindo, deste modo, uma maior liberdade aos encarregados de educação para uma escolha diversificada do estabelecimento escolar. Por outro lado, um relacionamento mais estreito entre os encarregados de educação e as escolas vem facilitar o consenso e o comprometimento entre ambos, o que favorece o lançamento consensual de reformas no interior do estabelecimento escolar.

Em quarto lugar, a inexistência de uma examinação geral dos alunos, mas apenas princípios regulamentares a observar no desenvolvimento do programa de ensino pelas escolas, vem atribuir uma maior flexibilidade à actividade educativa que se reflecte na autonomia das escolas privadas. Por isso, a iniciativa de lançamento de reforma tomada pela própria comu-

nidade civil apresenta maior viabilidade do que uma operação de carácter geral nesse sentido.

Em quinto lugar, a forte dependência do exterior por parte do sistema educativo de Macau gerada pela acentuada procura do ensino superior estrangeiro, e que corresponde a mais de dois terços dos alunos que terminam o ensino secundário, vem apassivar o trabalho de equiparação dos planos de ensino, levantando obstáculos ao lançamento de reformas coordenadas pela entidade administrante.

5. CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES E PROMOÇÃO EMPENHADA

A reforma educativa implica a criação das condições necessárias à sua promoção:

1.º O consenso e apoios dos encarregados de educação/sociedade

Sendo a educação um empreendimento social, sem a identificação consentida dos encarregados de educação com a reforma será impossível o seu lançamento. Deve-se, em primeiro lugar, partir duma abordagem conjunta com os encarregados de educação sobre o perfil dos educandos que se pretende para o novo século XXI, tendo em consideração os desen-volvimentos da época vivida, as necessidades da sociedade, as disciplinas reguladoras da ciência educativa, e as tendências do século XXI. Identifi-cados os objectivos pedagógicos comuns pode-se, então, proceder a uma aproximação solidária e coerente à reforma educativa.

2.º Necessidade de maior consistência profissional na execução da reforma educativa

Sendo a educação uma ciência, a sua implementação prática deve obedecer às normas da cientificidade; a educação como arte deve revestir-se de encanto pedagógico; e, sendo a educação uma expressão de amor, o educador deve ministrar com desvelo a instrução junto dos educandos. O conjunto das três componentes — a cientificidade da educação, o seu aspecto artístico e o afecto do professor — constitui na materialização da reforma educativa, o que designo por «consistência profissional do ensino», a qual se revela indispensável para uma experiência bem sucedida do processo de reestruturação do ensino e para a identificação dos melhores resultados a nível profissional em termos de qualidade de docência e de gestão.

3.º O impulso importante que vem do estímulo e apoio das entidades oficiais

Realizações experimentais acarretam riscos, e não basta o entusiasmo de iniciativas da comunidade civil para a reforma educativa, sendo a assistência governamental, por isso, um factor decisivo. Sugere-se o estabelecimento pela Administração de um projecto de incentivo à participação da comunidade civil, definindo claramente os direitos e os deveres, de forma que, apostando o governo com o dinheiro e a comunidade civil com

o esforço físico, conseguir-se uma mobilização das três partes envolvidas — governo, escola e encarregados de educação. Só com a definição clara da atitude governamental por meio de atribuição de apoios concretos se poderá aumentar a confiança e reduzir os riscos do processo de reforma. O domínio completo da situação por parte da entidade governamental permite facilitar a comunicação externa com os intervenientes, podendo também haver o envolvimento de escolas privadas através de convite dirigido para a sua participação concreta no processo de reforma educativa.

4.º Definição de um projecto mais efectivo

Ao contrário da medicina, na reforma educativa não se pode recorrer a cobaias para a realização de experiências, devendo o projecto ser flexível na sua execução e não tornar os alunos vítimas desse processo. Há por isso necessidade de definir um projecto mais efectivo e delinear um plano viável, procedendo-se constantemente à apreciação dos resultados e à introdução de alterações. Os dirigentes das instituições escolares devem dar importância ao projecto e possuir os recursos humanos e materiais necessários, sendo melhor ainda se conseguir dispor de um grupo de trabalho para acompanhamento.

Se não experimentar é impossível obter resultado, embora este possa ser um fracasso. Deste modo, a reforma educativa deve admitir o fracasso da sua implementação, sendo no entanto linha de base para esse processo de reestruturação o facto de não poder resultar em prejuízo aos alunos. Nessas circunstâncias, estou convencida de que o entusiasmo dos educadores de Macau irá de certeza abrir-lhes o espaço para uma reforma educativa adequada aos ventos da época e prestar um renovado contributo num novo período e enquadramento históricos.

ANEXO

SITUAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO EM MACAU E AS SUAS CARACTERÍSTICAS

1. SITUAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO EM MACAU

No ano lectivo de 1999/2000, houve, em Macau, um total de 98.964 estudantes e 3.846 professores, dos ensinos secundário, primário, pré-escolar e especial. Se incluirmos os estudantes do nível superior, o número total de estudantes representa cerca de 23% da população de Macau. Vide os dados detalhados nos quadros seguintes:

[QUADRO N.º 1]

ESTUDANTES, PESSOAL DOCENTE E TURMAS, POR ESTABELECIMENTOS ESCOLARES OFICIAIS E PARTICULARES, COM EXCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Território de Macau (Ano lectivo de 1999/2000)	Número e percentagem de estudantes		Número e percentagem de pessoal docente		Proporção entre professores e estudantes	Proporção entre professores e turmas
Total	98.964	100%	3.846	100%	1:25,73	1.65:1
Escola Oficial	6.213	6,28%	369	9,59%	1:16,8	1.60:1
Escola Particular Portuguesa	1.068	1,08%	74	1,92%	1:14,4	1.51:1
Escola Particular Chinesa	85.159	86,05%	3.146	81,80%	1:27,1	1.66:1
Escolar Particular Inglesa	6.524	6,59%	257	6,68%	1:25,4	1.60:1

[QUADRO N.º 2]

NUMERO DE ESTUDANTES, POR NÍVEIS DE ENSINO, COM EXCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Território de Macau (Ano lectivo de 1999/2000)	Ensino Pré-escolar	Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Especial
N.º de estudantes	16,162	46,933	35,316	553

O ex-Governo da Administração Portuguesa de Macau nunca se responsabilizou pelo ensino público; utilizava o dinheiro público só para apoiar o ensino do português para portugueses. A partir do ano de 1978, começou a subsidiar as escolas particulares sem fins lucrativos, segundo o número de turmas.

Em 1995, através da adesão à Rede Escolar Pública, o ex-Governo implementou junto das escolas particulares o ensino gratuito de 7 anos e, em 1997, prolongou-o para 10 anos, estendendo-o para o ensino pré-pri-mário, ensino primário e ensino secundário elementar.

2. CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO EM MACAU

A educação em Macau tem as suas características próprias. A par dos 400 anos de transformação de um porto piscatório para uma cidade moder-

na, o modelo de educação feudal, ministrado quer por chineses quer por portugueses, conheceu também uma modificação e tornou-se de educação privilegiada para poucas pessoas em educação popularizada, concluindo, desde modo, o processo de actualização que deve ser prosseguido. Tudo isto parece ser um percurso natural. Ora, a verdade é que Macau tem o seu caminho próprio de desenvolvimento que criou o aspecto de educação diversificada.

(1) Nacionalismo intenso e integração limitada

Tendo em referência a história sobre a educação, as duas grandes fontes mundiais da educação, a educação feudal no antigo Oriente e a religiosa da Idade Média no Ocidente, tinham, em Macau, as suas ramificações que desenvolveram no Território há mais de 400 anos e passaram a compor a figura da educação de Macau. 100 anos atrás, havia, no Território, vários tipos de estabelecimentos de ensino, tais como: *Hok Se*, *Shu Ok* e *Se Hok*, integrados na educação da época final da Dinastia Qing. A *Casa de Ensino de Wong Tong Jeong*, sita na Avenida do Coronel Mesquita, e o antigo Estabelecimento de Ensino de Gang Kun, que se situava no Templo de Tou Tei do Patane, testemunham a história dos estabelecimentos de ensino de educação feudal da China em Macau. O facto de Chio Un Leok e o seu filho Chio Wan Cheng, aldeões de Mong-Há, terem passado o exame imperial é considerado como um assunto honroso; até agora, as pessoas ainda falam desse assunto, que se encontra registado na *História do Distrito de Heong San*. Naquela altura, semelhante a outras regiões do Continente Chinês, sob os regulamentos do exame imperial, poucas pessoas tinham o privilégio de receber educação e a população de classe inferior entendia que a educação era o único meio para o sucesso pessoal. No entanto, só uma minoria da população podia ter a oportunidade de receber educação.

Situação semelhante aconteceu também com os portugueses. A educação dos portugueses em Macau, desde meados do Século XVI até finais do Século XIX, teve como origem a sua tradição nacional. Os seminários fundados pela Igreja e os estabelecimentos de ensino, os cursos no dia de descanso e os cursos de conhecimentos de teoria e letras ministrados pelas igrejas, tiveram idênticas raízes na educação religiosa europeia. Portanto, ao longo de quatro séculos, o pensamento educativo, o sistema de ensino e o regulamento de educação em Macau revelam bem a situação de desenvolvimento paralela dos sistemas de ensino chinês e português bem como reflectem a característica de existência de nacionalismo na educação de Macau. Embora a educação para os chineses avance passo a passo neste século para a actualização e a modernização, a sua reforma segue o modelo de reforma da educação da China. Sendo ponte de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente e posto de trânsito do modelo da educação ocidental para o Continente Chinês, Macau privilegia-se em ser o primeiro local de absorção dos elementos essenciais do Ocidente. Todavia, quanto ao pensamento educativo, sistema educativo, modelos escolares e método pedagógico, predominam as características da nossa nação e com esta se misturam para formar um todo. Especialmente os valores éticos tradicio-

nais, que assentam nos do Confucionismo, têm uma influência significativa e as suas características mantêm-se preservadas na educação de Macau. Além disso, o conhecimento profundo sobre a cultura tradicional oriental pela população de Macau reflecte o intenso nacionalismo na educação de Macau. Entretanto, na sequência do intercâmbio cultural Sino-Português e da existência de laços matrimoniais entre os dois povos durante 400 anos, apareceu a comunidade de milhares de macaenses. A cultura e a educação de grupos étnicos diferentes misturam-se e integram-se, compondo assim a identidade singular da cultura e educação de Macau.

(2) Internacionalidade mista e abertura permanente

Em 1493, o Papa de Roma aprovou que Portugal tinha o *Direito de Missão* em Macau. Os Jesuítas Católicos chegaram, então, a Macau, com os comerciantes portugueses, a fim de desenvolver a actividade missionária. Após vários séculos, as actividades educativas feitas em Macau pelos missionários ocidentais, católicos e outros cristãos, tornaram-se diversificadas, tendo como origens o sistema de ensino português, bem como os sistemas e regulamentos de ensino francês, inglês e americano. A internacionalidade destaca-se no âmbito da educação teológica e do ensino superior. Actual-mente, há um instituto inter-universitário católico.

Através da educação pela Igreja, alguns missionários chineses pros-seguiram os estudos fora de Macau a partir do ano de 1650. Actualmente, os estudantes das escolas administrados pela Igreja já percorreram diversos cantos do mundo para se cultivarem. Para além disso, houve exames internacionais que se serviram de Macau, como lugar para a respectiva realização, desde a década de 60 (vide Lau Sin Peng, *A História de Educação Católica em Macau durante 400 anos*). Ao longo deste século, para além dos professores das escolas oficiais serem provenientes de Portugal, muitos missionários, freiras e pastores católicos e outros cristãos vêm de países e localidades diferentes. Na década de 80, a Religião Bahai criou a Escola das Nações. Nestes estabelecimentos de ensino, foram introduzidos o pessoal docente, sistema de ensino, material didáctico, métodos pedagógicos e administração escolar de diferentes partes do Mundo. No início da década de 50, aquando da frequência do curso secundário no Colégio de Santa Rosa de Lima, a autora foi instruída pelas freiras e pessoal docente de nacionalidades inglesa e portuguesa. Alguns livros eram provenientes da Europa. Mesmo nas escolas particulares organizadas pelos chineses, uma boa parte do pessoal administrativo e docente tinha acabado os seus estudos noutros países. Por exemplo, Chan Chi Pou, que criou o estabelecimento escolar de *Chi Pou* em 1899, decidiu desenvolver a actividade educativa depois da sua visita ao Japão. Pao Ngan Po, aliás Pao Wa, fundador da Escola Primária *Hou Kong* em 1932, foi também um dos jovens que estudou no Japão. Lio Fong Kei, fundador do Colégio *Yuet-Wah* que foi transferido de Cantão para Macau em 1925, fez o seu mestrado em Educação numa universidade de América. Kuok Peng Kei, o director da Escola de *Chong Tak* que foi transferida para Macau em 1939, tinha estudado na Alemanha, pelo que a educação alemã repercutiu-se na adminis-

tração escolar. Ao retrospectivarmos o passado, embora a característica principal da educação em Macau seja o nacionalismo, podemos verificar que a internacionalidade e abertura são também as suas características singulares, durante 400 anos.

(3) Coexistência de diversificação e flexibilidade de adaptação

A coexistência de quatro sistemas de ensino é a razão da diversificação da educação em Macau:

Sistema de Ensino Chinês	Regime escolar de 6 + 3 + 3 anos	Representam 86,05% dos estudantes
Sistema de Ensino Português	Regime escolar de 4 + 2 + 6 anos	Representam 1,08% dos estudantes
Sistema de Ensino Inglês	Regime escolar de 6 + 5 + 2 anos	Representam 6,59% dos estudantes
Sistema de Ensino Luso-Chinês	Regime escolar de 6 + 5 anos	Representam 6,28% dos estudantes

(Calculado segundo os dados oficiais registados no ano lectivo de 1999/2000)

Consta que os quatro sistemas de ensino em Macau são os sistemas chinês, taiwanês, português e inglês. A autora não concorda com essa análise, porque o regime escolar de 6 + 3 + 3 anos adoptado tanto pela China como por Taiwan é do sistema americano introduzido pela China desde o início do Século XX e em uso até agora. O regime escolar de ensino pré-escolar (jardim de infância) é ainda mais diversificado, existem regimes de 1 ano, 2 anos, 3 anos e, de vez em quando de 2 anos e meio (começam-se na primavera). Assim, verifica-se que entre os estabelecimentos de ensino existem pequenas diferenças na área de administração, sistema financeiro, provisão curricular, divisão de fases em ano lectivo, exames e classificação, critérios de aprovação e reprovação, regulamento de disciplina, conteúdo de educação moral, avaliação de virtude, programa curricular, exigência de ensino, selecção de material escolar e método pedagógico. Para além disso, a diferença do estilo administrativo mostra as características próprias, nomeadamente dos estabelecimentos de ensino com história remota e com fonte fixa de estudantes, sendo as suas características mais nítidas.

É o caso, por exemplo, da existência, em Macau, de 3 escolas de enfermagem, respectivamente de sistema americano, francês e português. Essas 3 escolas desenvolveram as acções formativas do pessoal profissional de acordo com os próprios sistemas e critérios, podendo os finalistas trabalhar junto de estabelecimentos hospitalares públicos e clínicas particulares em Macau, para além de outras saídas profissionais, o que demonstra a flexibilidade e a adaptação dos mesmos. Por outro lado, os finalistas do ensino secundário complementar locais também conseguem, desde sempre, encontrar muitos canais para a continuação de estudo. Após a década de 90, as universidades e instituições académicas na China, em Taiwan e em Macau são os 3 canais principais desses finalistas para a prossecução de estudos. O facto de que um finalista poder candidatar-se, ao mesmo tempo, a mais de um estabelecimento de ensino superior em vários territórios mostra bem a sua capacidade de adaptação. É, por isso, que a taxa de acesso ao ensino superior tem aumentado bastante, ultrapassando os 80%. (vide Lau Sin Peng, 1992, A Diversificação na Formação de Pessoal em Macau)

(4) Iniciativa das escolas particulares e diferença de dimensões das escolas

Ao longo do tempo, o Governo de Macau tomou medidas de «não intervenção» para com o ensino chinês e os recursos do ensino público foram concentrados nas escolas oficiais. Entretanto, como em Macau, existiam muitas escolas particulares, que constituíam o corpo principal do ensino, as escolas oficiais tornavam-se o seu complemento. Além disso, as escolas particulares têm diferentes «background» e recursos humanos, materiais e financeiros. São mais de 90% os estudantes de Macau que frequentam as diferentes escolas particulares, pertencentes a entidades como igrejas, organizações, associações de compatriotas e associações de bairros. Por outro lado, quanto à administração das escolas, qualidade do pessoal docente, instalações e edifícios escolares também se verifica uma grande diferença e desuniformização. Nos princípios da década de 60 do século XX algumas delas estavam já muito avançadas, em relação às outras que continuavam a efectuar o ensino conjunto nos templos, assim como as escolas antigas «Pok Pok Chai», em que um professor dava aulas a mais de dez estudantes com idades de sete, oito ou até dez anos. Até à década de 90, algumas escolas encaminhavam-se para a modernização e usavam equipamentos eléctricos de multimedia, mas certas escolas mantinham equipamentos simples e toscos. No ano lectivo de 1999/2000, o número de estudantes que frequentam as escolas de Macau com maior número de estudantes, abrangendo os seus ensinamentos secundário, primário e infantil atinge os 8.000, mas também existem escolas que só têm 45 pessoas. A maior parte das turmas de várias escolas particulares têm mais de 60 alunos por turma, enquanto que as escolas oficiais normalmente só têm dez ou vinte alunos numa turma. Esta situação é incompreensível no caso não haver explicações sobre a origem das diferenças. Apesar de em 1997 ter começado a promoção da campanha de 10 anos de «Escolaridade Tendencialmente Gratuita» e a maior parte das escolas particulares terem já aderido à rede escolar pública e passar a ser escolas com apoio público, continuam a detectar-se grandes diferenças em termos de equipamentos e outras condições.

(5) Avanço individual e estagnação geral

Dada à falta de recursos na educação, existe em Macau uma certa percentagem de escolas que cobram baixas propinas ou até oferecem ensino gratuito. De facto, a educação em Macau, na sua generalidade, é atrasada em relação às regiões vizinhas, só que, devido a motivos diversos, também se verificam na educação de Macau algumas situações de avanço. E entre estas, destaca-se o Colégio S. Paulo. Em 1650, o missionário chinês Zhen Manuo deslocou-se a Roma para fazer os seus estudos, 200 anos antes de Rong Hong ir para o estrangeiro. Em 1903, Chen Zibao foi a primeira pessoa que admitia alunas na sua escola, 5 anos mais cedo que Jing Yuanshan estabeleceu a Escola de Jing Zheng em Shangai. Além disso, em 1906, a Associação Salesiana Católica introduziu o ensino de tra-

balhador-estudante dos países capitalistas e em 1964 introduziu o ensino secundário da área industrial do sistema inglês. Na sua história escolar de mais de 100 anos, o Instituto Salesiano da Imaculada Conceição, ultrapassou duas vezes o desenvolvimento económico da Sociedade. Macau tem tido sempre falta de talentos, todavia, durante a Guerra Contra os Japoneses, estabeleceram-se muitas escolas de renome; muitos professores de mérito da Província de Cantão concentraram-se em Macau e contribuíram para o melhoramento da qualidade da educação em Macau, mostrando, assim, um avanço para além de influência profunda. Na fase final do Período da Transição, houve o milagre de que 80% dos finalistas do ensino secundário continuaram os seus estudos superiores, número este que ultrapassou as regiões de desenvolvimento económico superior a Macau. Além dos factores políticos, a diversidade dos sistemas escolares bem como a flexibilidade e a adequação da educação produziram os seus efeitos. Em 1980, a Escola Secundária Ling Nam foi a primeira escola a ministrar cursos de informática e foi a primeira a organizar esses cursos em relação às regiões vizinhas. No ano seguinte, ou seja em 1981, escolas de Hou Kong, Lou Kong e Pui Cheng também organizaram os mesmos cursos, tornando-se as escolas mais avançadas nessa matéria.

(6) Maior independência na organização da escola e menor regulamentação administrativa.

Ao longo do tempo, as escolas particulares de Macau têm sido independentes e autónomas e responsabilizavam-se por si próprias, adequando-se às várias camadas sociais e às diferentes exigências dos pais dos alunos e formando assim as suas características e os seus estilos tradicionais. Estas escolas criam os seus valores de existência e desenvolvimento e mostravam uma independência relativamente forte. Mas de um ponto de vista geral, verifica-se que lhes faltava regulamentação. Em 1987, Macau entrou no Período da Transição, e nessa altura é que o Governo de Macau começou a publicar legislação respeitante à área de educação. Em 1991, a «Lei do Sistema Educativo de Macau» (outrora conhecida por «Lei-Quadro do Sistema Educativo») foi publicada, mas até agora, alguns diplomas subsidiários previstos nessa Lei ainda não foram finalizados. Por consequência, relativamente ao problema da falta de regulamentos educativos, pode-se afirmar que o mesmo continuará a existir no século XXI. De qualquer maneira, o objectivo comum do Governo e da comunidade é reforçar a ciência e a especialização. O desenvolvimento da educação de Macau está acostumado às condições de gestão administrativa com liberdade e auto-determinação. Para intensificar a uniformização e regulamentação da gestão administrativa, em primeiro lugar, é preciso estabelecer o consenso social sobre a ciência e a especialização educativa, especialmente o consenso entre a administração educativa e a escola, e só assim é que se pode caminhar em prol do desenvolvimento da educação. A questão de como obter um equilíbrio entre a independência da educação e a regulamentação da administração educativa das escolas particulares não só

determina o aumento das características positivas e a redução das características negativas, mas também e mais importante é determinar os objectivos do futuro da educação de Macau.

Quanto ao estudo das características da educação em Macau, actualmente, encontra-se ainda na etapa inicial. Muitas características estão por explorar. As vantagens e desvantagens das características são diferentes, sendo compostas por dois lados e por diversificação. Por exemplo, ao longo de vinte anos de desenvolvimento, o número de pessoas que frequentaram o ensino básico passou de trinta mil para cem mil, e a qualidade cultural da população devia ter sido elevada em grande escala, o que devia ser sem dúvida um resultado óbvio. Porém, como há uma rápida emigração da população, perderam-se muitas pessoas de alto nível cultural e, em contrapartida, a maior parte dos imigrantes é de baixo nível cultural ou até de analfabetos. Portanto, de uma forma global, o ritmo da elevação da qualidade não é muito rápido, mas a taxa dos analfabetos é que tem vindo a aumentar durante os vinte anos. Por exemplo, desde os princípios da década de 90 até hoje em dia, devido à influência do retorno de Macau, a percentagem de acesso universitário de finalistas do ensino secundário conheceu um grande aumento, cuja taxa atingiu os 80% durante oito anos (1990-1998), sendo essa uma situação muito invejável. Mas, por outro lado, a maior dependência do exterior não significa, de forma absoluta que existe uma boa situação. O exame de admissão ao ensino superior no estrangeiro vai provocar uma grande pressão para a educação de Macau. Ao longo do tempo, as escolas particulares predominam em Macau, o que conduz a uma concorrência intensa, que é comparável com o mecanismo da concorrência do mercado. Entretanto, na década de 80, começou-se a sentir a insuficiência de vagas escolares e as concorrências também se tornaram mais fracas, limitando a escolha dos pais dos alunos. Para uma boa organização da educação de Macau e em especial para proceder à reforma educativa, o conhecer geral e profundo das características do ensino de Macau torna-se numa questão *sine qua non*.